

O outono dos césares e a primavera da história

“[...] Ivã subjuga e prende
Ao carro triunfador os povos de [dois mundos.
Reina, impera — é o Czar!
[...]
E ler-se a sua história
É ouvir-se a todo instante os rumores profundos,
Que irrompem do tropel dos esquadrões bravios
Dos tártaros sombrios...
– Imenso tropear que afoga os gritos cavos
E as doidas maldições de cem milhões de escravos!”
(Euclides da Cunha, “Césares e Czares”,
in *Ondas e Outros Poemas Esparsos*).

*Na página
seguinte,
ilustração da
edição
argentina de
Os Sertões*

NICOLAU SEVCENKO
é professor de História da
Cultura do Departamento
de História da FFLCH-USP
e autor de, entre outros,
Literatura como Missão,
Tensões Sociais e Mudança
Cultural na Primeira
República (Brasiliense).

nenhum traço provavelmente se destaca como mais peculiar, no conjunto das mudanças que assinalaram a grande transformação cultural do século XIX, do que a germinação de uma aguda percepção temporal. Certamente as amplas e profundas repercussões desencadeadas pelo impacto da Dupla Revolução, a Industrial (ao redor de 1780) e a Francesa (1789), permitiram que, no transcurso de uma única geração, grandes coletividades, compostas de todas as classes sociais e dispersas por amplas regiões do mundo, testemunhassem mudanças radicais nas estruturas econômica e social, nas instituições, nas idéias, nos comportamentos e nas sensibilidades, numa escala nunca antes vista ou imaginada. A radicalização das turbulências revolucionárias durante o período do terror jacobino cristalizou a percepção dessas mudanças, suprimindo o calendário tradicional e instituindo um marco zero, a partir do qual se estabelecia a nova era da liberdade, igualdade e fraternidade (1).

Escrevendo já sob o clima das campanhas napoleônicas, que difundiriam tanto a desestabilização quanto as idéias subversivas para todo o continente, o arauto do novo século, Friedrich Hegel, estabelecia na sua *Fenomenologia do Espírito*, de 1807, que o novo eixo do pensamento passava a ser “o tempo, essa pura inquietude da vida e esse



processo da absoluta diferenciação” (2). Para o romantismo que então assumia a cena como o grande fermento intelectual e poético da modernidade, o tempo se traduzia como o fluxo emancipador que conduziria os povos progressivamente da servidão original para a consciência crítica, o espírito da revolta, o heroísmo revolucionário e a suprema experiência da liberdade, quando então todas as alternativas seriam postas e todos os potenciais se cumpririam (3).

1 Eric J. Hobsbawm, *A Era das Revoluções, Europa 1789-1984*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

2 Jean-Louis Servan-Schreiber, *L'Art du Temps, Essais d'Action*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1983, p. 155.

3 J. L. Tolman, *Romantismo e Revolta, Europa 1815-1848*, Lisboa, Editorial Verbo, 1967, pp. 138-68; Elias Thomé Saliba, *Utopias Românticas*, São Paulo, Brasiliense, 1991.

Em meados do século, com a consolidação das novas instituições burguesas, de recorte nitidamente conservador, os grupos dirigentes não hesitam em instituir um complexo aparato repressivo e de propaganda, destinado tanto a refrear em definitivo as aspirações revolucionárias quanto a difundir padrões ideológicos de teor populista e militarista, sementes do conformismo político e do nacionalismo expansionista. O campeão dessa nova ordem era Luís Bonaparte, promovido, por uma reedição farsesca do golpe que celebrizara seu famoso tio, à pomposa condição de imperador Napoleão III. Seu maior detrator era um jovem acadêmico alemão, Karl Marx, que o apontava como a fachada institucional da onda reacionária dominante. A reformulação radical da filosofia hegeliana operada por Marx traduzira a força transformadora do tempo na dialética emancipadora da história. Ao invés de caminhar para a consolidação da ordem, a história convergia para o incremento das forças produtivas, a redistribuição das riquezas e o nivelamento igualitário das sociedades. Na nova versão, para Marx, “o tempo é o campo do desenvolvimento humano” (4).

A segunda metade do século XIX foi galvanizada pela Revolução Científico-Tecnológica (ao redor de 1870), intensificando o fluxo das mudanças nos modos de vida e recrudescendo a percepção da condição intrinsecamente histórica do próprio universo, de todos os seres e de cada indivíduo. As descobertas na cosmologia (John Perry), na geologia (James Hutton, William Smith) e na história natural (Charles Darwin) revelaram dimensões temporais nunca imaginadas pela amplidão da sua escala, o alcance dos seus efeitos e pelo modo como deslocavam a até então presumida centralidade, significado e duração da própria espécie humana. Situação que levaria o geólogo G. J. P. Scrope, representando a nova geração de cientistas, a proferir uma declaração tão categórica quanto entusiástica. “A idéia diretriz que está presente em todas as nossas pesquisas, e que acompanha quaisquer novas observações, o som da qual parece ecoar continuamente aos

ouvidos do estudioso da Natureza em qualquer instância do seu trabalho, é Tempo! – Tempo! – Tempo!” (5).

E o que passava a valer para a filosofia, a economia, a cosmologia e as ciências naturais, não demorou a transitar também para o estudo e a interpretação das culturas. O pioneiro antropólogo Edward Tylor, em seu *Primitive Culture*, de 1871, cobrava dos estudiosos das sociedades e culturas de todo o planeta que abandonassem as idealizações e teorias apriorísticas, em função de um enfoque histórico das comunidades humanas. “Muitos dos doutos absurdos deste mundo são sem dúvida devidos às engenhosas tentativas de explicar, à luz da razão, o que demandaria a luz da história para revelar o seu sentido” (6). Ou seja, ficava cada vez mais claro que o reino dos homens e da sua condição não é da natureza, mas o da história.

Quando as vicissitudes da Revolução Francesa acabaram provocando a invasão de Portugal e a transmigração da Corte Real para o Rio de Janeiro, a mesma dinâmica da desestabilização e da ruptura temporal redefiniu o estatuto da ex-colônia. Elevado primeiro à condição de Reino Unido e logo depois emancipado da metrópole como o Império do Brasil, o novo Estado buscou legitimar sua identidade através de uma mitologia de enraizamento temporal. Era preciso figurar a existência do Brasil como tendo sido engendrada desde o contato inicial dos conquistadores portugueses com os primeiros índios. Os atos inaugurais ao mesmo tempo simbolizavam e consagravam o nascimento de uma entidade singular: a fixação dos marcos, os cruzeiros, a missa, a carta do escrivão da armada testemunhando o consórcio espiritual e carnal entre as comunidades.

Nenhuma surpresa portanto que dois dos principais instrumentos de autolegitimação e propaganda criados pela Monarquia enraizada no trópico tenham sido a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as artes a serviço da história (nada mais adequado para esse fim, aliás, que o fato de que os artistas os quais viriam a compor o quadro

4 J. L. Servan-Schreiber, op. cit., p. 156.

5 J. G. Whitrow, *Time in History, Views of Time from Prehistory to the Present Day*, Oxford, New York, Oxford University Press, 1990, pp. 1.171-2.

6 Idem, ibidem, p. xi.

docente da academia de artes fossem franceses), e a história a serviço do Estado. O terceiro recurso fundamental desse tripé da estratégia ideológica dirigida para a configuração de uma mitologia nacional, mais independente, mas nunca demasiado afastada da ambiência da Corte e dos sistemas de patronato do Trono, seria a literatura, com grande destaque, naturalmente, para a literatura histórica e a lírica de exaltação nacional (7).

Como se sabe, a mais influente corrente do romantismo brasileiro foi o indianismo. Seu procedimento discursivo básico consistia em nivelar as duas comunidades, os grupos nativos e os colonizadores portugueses, pelos valores supostamente superiores de uma ética guerreira e uma disposição heróica, destilada em alturas sublimes em ambas as culturas. Igualados na bravura e na nobreza de espírito, abriam-se assim os canais para a comunicação entre iguais, para a admiração e respeito mútuos e para a consumação erótica que multiplicaria essas qualidades superiores por todo um povo mestiço, senão no sangue, ao menos numa mesma e nova cultura híbrida. Claro que essa elaboração era meramente simbólica, com os índios reais continuando a ser sistematicamente exterminados, sem considerar ademais a completa exclusão da população negra, escrava ou livre, e seus descendentes, dessa construção de uma mitologia da identidade nacional.

No quarto final do século XIX, mais afinados com as intensas transformações pelas quais passava a Europa sob o impacto da Revolução Científico-Tecnológica, com ressonâncias por todo o mundo, os chamados artistas realistas mudariam o foco de suas obras dessa fantasia histórica indigenista, para abordar temas contemporâneos relativos aos processos ingentes de mudança em curso. Inspirados pelo clamor da chamada “geração de 1870”, em favor de uma cultura aberta ao “bando de idéias novas” que irradiavam do cenário europeu e a um esforço simultâneo de crítica às “estruturas ossificadas” do Império brasileiro, essa nova corrente adota tons radicais, irônicos ou satíricos para expor as mazelas do regi-

me, abraçando em especial as causas do Abolicionismo e da República (8).

Euclides da Cunha é não apenas um representante dessa geração, mas um de seus maiores expoentes. O que singulariza sua obra nesse contexto de grandes escritores e homens públicos é seu agudo sentido de crítica histórica, em sintonia tanto com os conteúdos cognitivos da mais recente ciência e filosofia européia, quanto com os pressupostos ético-políticos herdados da tradição mais democrática da Revolução Francesa. É nesse sentido que a compreensão da obra de Euclides da Cunha requer um amplo esforço para entender as linhas mestras da cultura do século XIX. O que seus textos destacam é o escopo panorâmico da revisão histórica, empenhada em desmontar o nacionalismo romântico, ao mesmo tempo em que formula um ambicioso projeto de refundação republicana do Brasil, em íntima conexão com os potenciais do conhecimento, das tecnologias contemporâneas e do rearranjo das forças políticas no plano internacional. Nesses termos, Euclides é ainda um autor mal-compreendido, no sentido em que sua visão inspirada não fertilizou, na proporção generosa em que poderia, a mentalidade dos círculos decisórios, subsistindo como uma promessa que não se cumpriu. Talvez uma das mais auspiciosas que esse país já teve.

Euclides teve vários e os melhores mestres que se possa imaginar. Em história Nabuco e Capistrano, nas ciências naturais Teodoro Sampaio e Orville Derby, em planejamento e tecnologia André Rebouças, em política internacional os dois Paranhos, pai e filho. Mas com seu raro talento para a absorção e síntese abrangente, foi além de todos eles. Capaz de levar a facúndia lírica de um Victor Hugo a limites de extravagância, fundiu linguagem tecno-científica com formas literárias em textos que se distinguem mais pela tensão verbal do que pela resolução estilística. Acima de tudo, porém, o que assinala sua obra é a capacidade, sem igual entre seus pares, de espacializar a história, interpretando-a como co-extensiva ao processo de expansão da civilização européia e, ao mesmo tempo, de

7 Nelson Schapochnick, “Letras de Fundação: Discursos Instituintes em Varnhagen e Alencar”, tese de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1992.

8 N. Sevcenko, *Literatura como Missão, Tensões Sociais e Mudança Cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 25-57.

Na outra página, retrato de Euclides da Cunha

historicizar o espaço, compreendendo-o como articulado pelo agenciamento humano, seja pelos potenciais técnicos e cognitivos, seja pelos processos produtivos ou pela mobilidade migratória das comunidades.

O resultado dessa complexa e ousada operação discursiva é a configuração não só de um amplo quadro espaço-temporal, mas sobretudo de uma elaborada concatenação dinâmica através da qual o autor põe em movimento todo o conjunto desse painel. De fato, a atenção aguçada para o devir histórico, para os processos em curso, suas contradições, *démarches* e desdobramentos, é a característica mais saliente dos textos de Euclides da Cunha. Em suas páginas tudo flui, tudo se move, tudo se transforma. Sensação essa que é ainda acentuada pelo fato de ele próprio, o escritor, ser tomado por uma obsessiva inclinação pela errância, pelo deslocamento a grandes distâncias, pelo apelo irresistível das “peregrinações pelo deserto”. Como ele mesmo diz em carta a José Veríssimo (7/7/1904), “não desejo Europa, o boulevard, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgrada e a vida afanosa e triste de pioneiro” (9).

Essa atenção meticulosa à dinâmica dos processos de transformação, seja no âmbito da natureza ou das sociedades humanas, revela a afinidade de Euclides com as teorias científicas do século XIX e em particular com o aguçamento da percepção temporal e histórica que lhes era peculiar. Por outro lado, como o próprio escritor fazia questão de destacar, esse seu sentido atento para com os fluxos naturais e os deslocamentos humanos derivava também da sua condição de mestiço de indígenas, ou, nas suas palavras, de “caboclo”, “tapuia” e “bugre”. Num desses paradoxos muito a seu gosto, no seu caso a sofisticação cultural europeia afinava às maravilhas com a sensibilidade da herança indígena. Essa feliz homologia lhe permitiu inferir, por exemplo, o papel decisivo que as práticas de errância desempenham nas estratégias de resistência e sobrevivência das camadas populares no Brasil (10).

Nesses termos, os personagens de Euclides são sempre coletivos e se movem numa itinerância incansável. São os índios e mamelucos que se movem nas pirogas e canoas pelos rios e igarapés das monções, são os tropeiros, vaqueiros e sertanejos com seus cavalos, mulas, jegues e carros de boi, são os bandeirantes em suas errâncias centrípetas, são os seringueiros e caucheiros devassando as florestas, são os migrantes de todos os recantos em busca de maior liberdade e melhores oportunidades, são os sitianteiros, os posseiros, os pioneiros, osromeiros, os peregrinos e os flagelados. No Brasil dos latifúndios, fixar-se nalgum recanto implica ser absorvido nos sistemas do clientelismo e da dependência servil. Daí o apelo, ou melhor, o imperativo da errância como recurso de resistência, de busca de alternativas de sobrevivência e de negociação das relações de trabalho. Foi esse o mecanismo que deu origem a Canudos, que no curto espaço de uma década se tornou a terceira cidade mais populosa da Bahia (11).

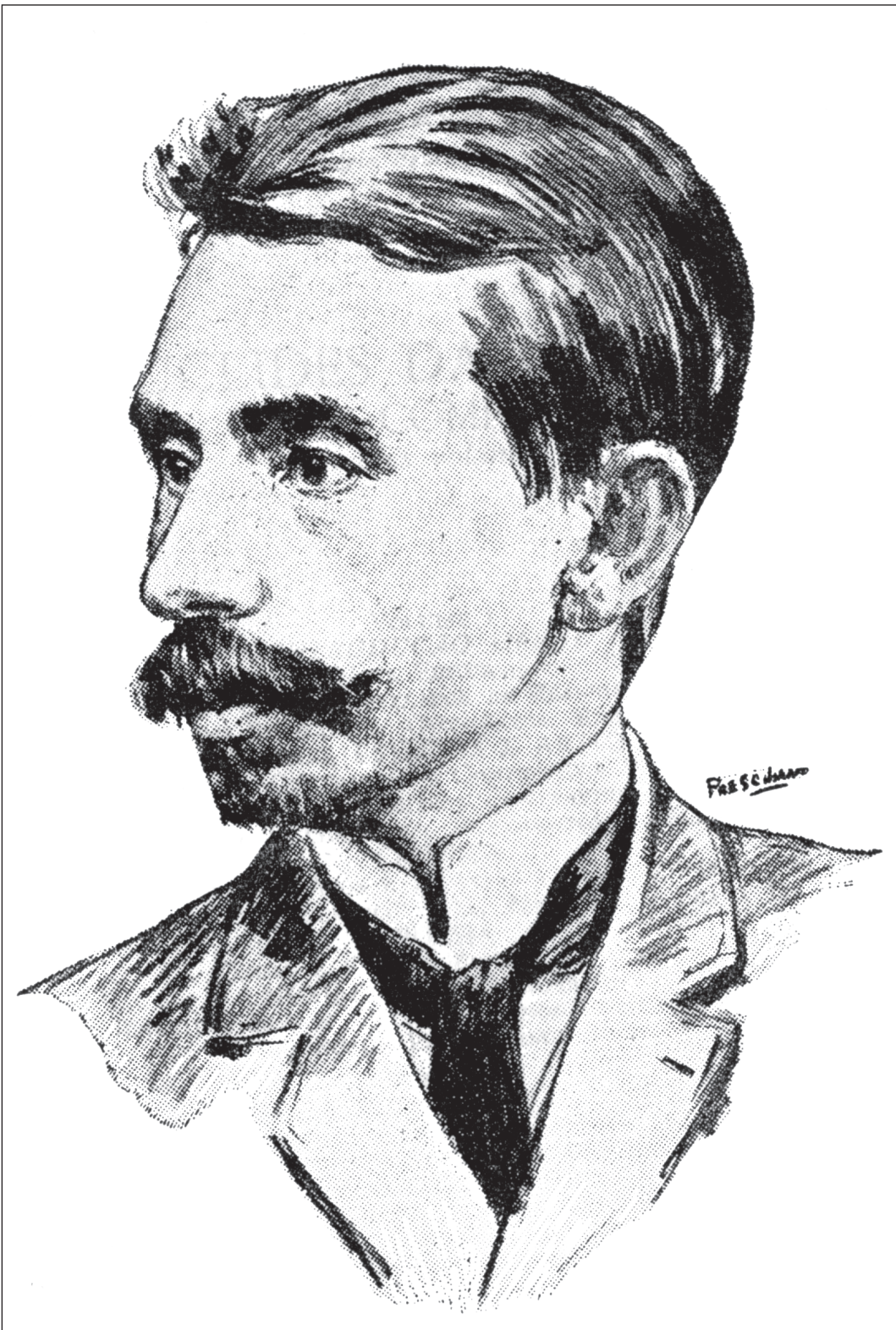
Se a errância é uma estratégia básica das camadas populares, os espaços que ela demanda empurram essas populações para as áreas virgens ou ermas, assim como para as fronteiras de expansão e de ocupação do território brasileiro. De forma que, ao invés de vislumbrar a história do país da perspectiva das cidades do litoral, Euclides faz um deslocamento de 180 graus e a reformula pelo viés dos grandes espaços interiores, das cadeias hidrográficas e das disposições físicas do relevo, através dos quais fluíam em todas as direções esses contingentes que constituíram o corpo básico da nação. Esse procedimento cognitivo vira de cabeça para baixo os discursos nacionalistas do Império. Voltado para o sertão e suas gentes, Euclides renega os pressupostos de uma visão de história lusocêntrica, fundada ademais nos assentamentos litorâneos, nos latifúndios exportadores, no Rio de Janeiro e em última instância nos pés do Trono.

Encarnando a história da nação nas camadas populares, suas itinerâncias e seus processos adaptativos, o escritor dá plena expressão ao seu projeto republicano.

9 Euclides da Cunha, *Obra Completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, volume II, p. 647.

10 N. Sevcenko, *Pindorama Revisitada, Cultura e Sociedade em Tempos de Virada*, São Paulo, Editora Fundação Peirópolis, 2000, pp. 48-67.

11 Idem, “O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso”, in N. Sevcenko (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 3, *República: da Belle-Époque à Era do Rádio*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 16-21.



Republicanism aliás de recorte radical, como ele o canta nos versos em que evoca os arautos da democracia igualitária na Revolução Francesa, “Dantão”, “Marat”, “Robespierre” e “Saint-Just” (12). Ou quando ele disserta sobre os sucessores diretos desses líderes, Proudhon, Louis Blanc e Marx e sobre suas propostas de emancipação social (13).

Nesse sentido é muito revelador o modo como Euclides articula uma interpretação histórica de longa duração, contrapondo a democracia republicana à monarquia imperial. No poema “Cristo” (1887-88), por exemplo, ele aponta a consolidação do Império Romano como um ponto de inflexão na história do Ocidente. A derrota militar da Grécia assinala o fim das cidades-estado independentes, sufocando a experiência democrática e transferindo o papel histórico dominante para o expansionismo belicoso da Roma imperial. As ilações políticas que o poema sugere são múltiplas. Ele evoca a França sendo invadida e sufocada pelos exércitos do Kaiser em 1870, com Victor Hugo lutando junto com a população da Paris sitiada. Ou a repressão brutal da monarquia brasileira contra os abolicionistas e republicanos. Ou a violência das tropas do czar contra a Polônia. Ou os massacres conduzidos pelos fuzileiros ingleses na Ásia e na África. Césares, czares, kaisers ou imperadores de qualquer ordem não eram representantes de cidadãos ou de alguma nação, mas senhores despóticos de grandes contingentes de escravos (14).

Essa é uma chave muito útil para a compreensão da obra de Euclides como um todo. Ela esclarece, por exemplo, a famosa autodefinição formulada em versos dedicados a Lúcio de Mendonça, como sendo um “misto de celta, de tapuia e de grego” (15). As menções à Grécia aparecem nos seus versos como referências à cidadania e à democracia e são intercambiáveis com as alusões à Gália resistente ao domínio romano ou ao espírito republicano nascido na França da Revolução. Portanto, “celta” alude à dimensão ibérica e européia da herança de Euclides, assinalando um regis-

tro cultural. Tapuia indica o seu orgulho da raiz indígena, no plano étnico. E “grego” exprime um fator sumamente político, sua convicção republicana e democrática intransigente.

Essa mesma chave ajuda também a compreender a oscilação do escritor quanto ao levante de Canudos. Num primeiro momento ele incorpora a versão oficial de que os rebeldes eram monarquistas, o que os punha na posição intolerável de serem anti-republicanos, constituindo a “nossa Vendéia”. Mas quando Euclides estabelece contato direto e compreende a comunidade sertaneja como uma expressão autêntica da história das populações subalternas do país, é sua visão do regime republicano brasileiro que muda. A dimensão “imperial” do governo federal sediado no Rio de Janeiro lhe salta aos olhos e o leva a escrever o livro que mudou radicalmente o modo de interpretar a história do país. E também a história mundial, por extensão.

De fato, trata-se de um efeito de inversão da lógica do darwinismo social então em plena preponderância (16). Segundo essa lógica, por um processo inexorável, as culturas tecnicamente mais avançadas tenderiam a superar as mais elementares. O que o livro de Euclides demonstra é que, ao usarem todo o peso de seu potencial tecnológico para esmagar comunidades menos equipadas, as civilizações dominantes perdiam toda a legitimidade moral para se presumirem superiores. A civilização se transformava em esteio da barbárie e os supostos bárbaros se ofereciam ao sacrifício em nome de seus anseios de liberdade e autonomia, exatamente o que seus opressores proclamavam representar. De um lado os césares, de outro os escravos revoltados (17).

Esse mesmo republicanism permite explicar a simpatia cautelosa de Euclides com relação aos Estados Unidos, em oposição ao expansionismo militarista dos impérios inglês, alemão, russo e japonês (18). O que o atraía para a experiência estadunidense era sobretudo o espírito democrático dos pais fundadores, tal como refletido no transcendentalismo de Emerson, que o revestia ademais de uma convicção qua-

12 Euclides da Cunha, op. cit., vol. I, pp. 633-4.

13 Idem, ibidem, pp. 190-6.

14 Idem, ibidem, pp. 644-6.

15 Idem, ibidem, p. 656.

16 Dolf Sternberger, *Panorama of the Nineteenth Century*, New York, Mole Editions, 1977, pp. 79-110.

17 “César trucid a Gália/ E a Síria e o Egito e a Ibéria... À indômita ambição/ Não lhe basta, porém, o império vitorioso.../ Desvair: vai buscar nos campos de Farsália/ Os sonhos de Pompeu; e em Tapsos – glorioso –/ A energia moral austera de Catão.../ Triunfo! É feliz! Que importam dissabores/ Dos rudes lutadores,/ Feitos comparas vis desses terríveis dramas,/ Se Roma está em festa... e a Gália inteira em chamas!” (Euclides da Cunha, “Césares e Czares”, in op. cit., vol. I, pp. 647-8).

Noutra obra Euclides exporia toda a cruzeza dessa mecânica perversa pela qual a civilização, quanto mais desenvolve seus potenciais técnicos e econômicos, mais se transfigura na barbárie. “Não nos absorvamos de todo no contemplar o espantilho dessa civilização suspeita que, estrangulando a Ásia com a coleira de aço do Transiberiano, e empolgando a África com as garras de baionetas dos exércitos, faz empalidecer a ferocidade dos boxers e não se comove ante a agonia heróica do Transvaal...” [op. cit., vol. I, p. 504]. O tema é abordado diretamente e com uma argumentação amarga no artigo “Civilização”, em que Euclides comenta com fina ironia a afirmação de Spencer de que “há, nesses tempos, um recuo para a barbárie...” [op. cit., pp. 201-4].

18 Em carta a Araripe Junior, data de Lorena, 27 de fevereiro de 1903, Euclides comenta: “Sou um discípulo de Gumpłowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio anglo-saxônico. E admitindo com ele a expansão irresistível do círculo sinérgico dos povos, é bastante consoladora a idéia de que a absorção final se realize menos à custa da brutalidade guerreira do Centauro que com as patas hípicas escarvou o chão medieval, do que à custa da energia acumulada e do excesso de vida do povo destinado à conquista democrática da terra. [...] su-

se mística da identidade fundamental entre os homens e a natureza. Igualitarismo, naturalismo e pragmatismo, nada poderia exercer um apelo mais premente sobre Euclides. Some-se a isso o fato de os Estados Unidos estarem empenhados numa heróica “marcha para o oeste”, estimulada pelo *homestead act*, destinado a promover a mais ampla redistribuição da propriedade fundiária. Isso associado a um ambicioso projeto de implantação de uma vasta estrutura viária de transportes, comunicações, redes de energia, represas e canais de irrigação. Exatamente o que gente como André Rebouças e ele propunham para incorporar o sertão brasileiro e suas gentes à nacionalidade e à plena cidadania (19).

Posta nesse contexto mais amplo, fica evidente como a obra de Euclides não se limitava a um nacionalismo redutivo e meramente retórico como o da tradição romântica. Sua disposição determinada de voltar-se para as terras e gentes interiores do país, para os sertões, de forma alguma significava cortar os vínculos com o panorama exterior. Ele avaliava criteriosamente os potenciais presentes e futuros dos contextos do Atlântico e do Pacífico, propondo alianças táticas com outros países e potências em função de melhores oportunidades para o desenvolvimento econômi-

co e tecnológico do Brasil, traçava projetos de integração viária do território, planejava alternativas para ampliar o intercâmbio continental e para o acesso à costa oeste através dos Andes (20).

Acima de tudo Euclides exaltava o papel crucial do agenciamento histórico da população brasileira. Sua maior aposta para o futuro do país era a educação em massa das camadas subalternas, qualificando as gentes para assumir em suas próprias mãos seu destino e o do Brasil. Por isso se viu em conflito direto com as autoridades republicanas, da mesma forma como outrora lutara contra os tiranetes da monarquia. Nunca haveria democracia digna desse nome enquanto prevalecesse o ambiente mesquinho e corrupto da “república dos medíocres”, um regime de *parvenus* e oportunistas de toda espécie, sem visão, sem projeto e sem generosidade (21). Gente incapaz e indisposta a romper com as mazelas deixadas pelo latifúndio, pela escravidão e pela exploração predatória da terra e do povo. Rompida a mitologia romântica, Euclides expôs a mistificação republicana de uma “ordem” excludente e um “progresso” comprometido com o legado mais abominável do passado. Sua morte precoce foi um alívio para os césores. A história, porém, orgulhosa de quem a resgatou, não deixa que sua voz se cale.

bordinados à fatalidade dos acontecimentos, agravados pela nossa fraqueza atual, devemos antes, agindo inteligentemente, acompanhar a nacionalidade triunfante, preferindo o papel voluntário de aliados à situação inevitável de vencidos. É o pensar dos que não desejam ser amigos ursos da Pátria, embora atraindo a pedrada patriótica dos que por aí, liricamente, a requestam numa adorável inconsciência de perigos que a rodeiam” (op. cit., vol. II, p. 624).

19 Euclides da Cunha, op. cit., vol. I, pp. 130-7; 277-88; 289-301; 318-25.

20 Idem, ibidem, pp. 318-25.

21 Idem, ibidem, vol. II, p. 644. O escritor descreveu duas vezes em versos essa situação escabrosa de inversão dos códigos de valor e do mérito, uma em “O Paraíso dos Mediocres (Uma Página que Dante Destruíu)” (vol. I, pp. 657-8) e outra em “Fragmentos de Poesia”, onde declara: “Aqui, o grande é chato! / Tudo num plano horizontal é enorme, / Tudo num plano vertical é mínimo, / A pedra, o vegetal e o... homem...” (vol. I, p. 655).